Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7
Cadernos PDE

VOLUME II

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE

Produções Didático-Pedagógicas

2014

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

Ficha para identificação da Produção Didático-pedagógica – Turma 2014

Título: Um olhar sobre a avaliação em larga escala: ações a partir do estudo do IDEB 2007/2011	
Autora: Eleucineia Alicio	
Disciplina/Área:	Gestão Escolar
Escola de Implementação do Projeto e sua localização:	Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela
Município da escola:	Ibiporã
Núcleo Regional de Educação:	Londrina
Professor Orientador:	Profª. Drª Ednéia Consolin Poli
Instituição de Ensino Superior:	Univesidade Estadual de Londrina
Resumo:	Este estudo surgiu da necessidade de planejar, analisar, debater e implementar ações para avançar nos índices do IDEB, alcançando melhores índices de aprendizagem no Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela. As situações que iremos buscar compreender e que compõem o IDEB consistem nos instrumentos de avaliação, a matriz de referências e os dois indicadores, o fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono que se obtêm a partir do Censo Escolar) e o desempenho dos estudantes (nível de proficiência dos alunos obtido a partir do SAEB e da Prova Brasil). O levantamento destes dados tem o objetivo de buscarmos a superação da desigualdade de oportunidades existente em nosso país, de maneira que cada estudante tenha acesso a uma educação de qualidade que possibilite a formação de pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo.
Palavras-chave:	IDEB – SAEB – PROVA BRASIL
Formato do Material Didático:	Artigo
Público:	Equipes Administrativa e Pedagógica, Professores e Funcionários.

Um olhar sobre a avaliação em larga escala: ações a partir do estudo do IDEB 2007/2011

Eleucineia Alicio[1]

Ednéia Consolin Poli[2]

Resumo:

Este estudo surgiu da necessidade de planejar, analisar, debater e implementar ações para avançar nos índices do IDEB, alcançando melhores índices de aprendizagem no Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela. As situações que iremos buscar compreender e que compõem o IDEB consistem nos instrumentos de avaliação, a matriz de referências e os dois indicadores, o fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono que se obtêm a partir do Censo Escolar) e o desempenho dos estudantes (nível de proficiência dos alunos obtido a partir do SAEB e da Prova Brasil). O levantamento destes dados tem o objetivo de buscarmos a superação da desigualdade de oportunidades existente em nosso país, de maneira que cada estudante tenha acesso a uma educação de qualidade que possibilite a formação de pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo.

Palavras chaves: IDEB, SAEB, Prova Brasil.

INTRODUÇÃO

[1] Professora PDE na Área de Gestão Escolar – Graduada em Matemática- UEL-Londrina/PR – 1993 Pós Graduada em Administração, Orientação, Supervisão Escolar e Didática Geral – 2007.

[2] Orientadora - Professora Drª. do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina.

Este estudo surgiu da necessidade de planejar, analisar, debater e implementar ações para avançar nos índices do IDEB, alcançando melhores índices de aprendizagem no Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela.

Conforme dados abaixo o Colégio não vem atingindo as metas projetadas pelo MEC:

Quadro 1 – IDEB do Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela

	Ideb Observado				Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela	3.6	3.4	3.3	3.3	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6

Fone: Brasil (2014)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo Inep em 2007 representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. Agregando o enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Calculado a partir dos dados de aprovação obtido no Censo Escolar e média de desempenho nas avaliações do INEP: o SAEB, para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil, para os municípios.

As situações que iremos buscar compreender e que compõem o IDEB consistem nos instrumentos de avaliação, a matriz de referências e os dois indicadores, o fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono que se obtêm a partir do Censo Escolar) e o desempenho dos estudantes (nível de proficiência dos alunos obtido a partir do SAEB e da Prova Brasil).

O levantamento destes dados tem o objetivo de buscarmos a superação da desigualdade de oportunidades existente em nosso país, de maneira que cada estudante tenha acesso a uma educação de qualidade que possibilite a formação de pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo.

Neste contexto, identifica-se a grande necessidade de trabalharmos por uma aproximação do saber escolar com a vida cotidiana, de modo que os educandos possam mobilizar em seu dia-a-dia os conhecimentos aprendidos na escola, o que permitiria tanto a avaliação formativa ou processual como também melhorar o desempenho nas avaliações externas. Tal identificação configura-se no desafio a qualquer aprendizagem no e fora do espaço escolar, seja na construção de conteúdos ou na ação sobre os mesmos.

Percebe-se a importância de provocar os educandos a torná-los mais observadores do mundo à sua volta e capazes de produzir conhecimentos para resolver problemas pontuais, despertando-os para o estabelecimento de relações entre os conhecimentos vistos, mas também os estimulando a conhecer melhor as situações que os rodeiam.

Para Saviani (2003, p. 14), o papel da escola é a "[...] socialização do saber sistematizado", isto é, a socialização do conhecimento científico, sendo necessário que a mesma crie condições para viabilizá-lo, de forma criativa e crítica, oferecendo as condições necessárias de aprendizagem, de enriquecimento cultural e de engajamento na luta por uma mudança social, a escola deve servir de ponte entre o conhecimento prático já adquirido e o conhecimento formal exigido pela sociedade, pois através da assimilação do conteúdo, atinge-se o domínio do saber.

Segundo Paro (1998, p. 304), a escola "[...] é responsável pela produção de um bem ou serviço que se supõe necessário, desejável e útil à sociedade.", este "produto" precisa ter especificações rigorosas quanto à qualidade, sendo necessário que as determinações escolares sejam resultantes do coletivo, e que se exija uma escola de qualidade dos governantes.

Nesse sentido, a escola, por meio do professor deve:

> [...] viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade. (BRASIL, 1998, p. 26).
>
> Contudo preparar o aluno para atender às atuais necessidades sociais e educativas exige responsabilidade e conhecimento daqueles que se propõem ensinar, pois simplesmente decodificar, converter letras em sons, esperando a compreensão ser consequência dessa ação, não é mais aceito para o ensino da leitura. (BRASIL, 1998, p. 42).

Poderia comentar muitos outros pontos que considero importantes, mas quero resumi-los nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 24-25):

> É preciso, sobretudo [...], que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

A avaliação em larga escala é um importante instrumento, não apenas para avaliar as políticas públicas educacionais desenvolvidas, mas também para auxiliar na construção de propostas que contribuam no processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo considerando os aspectos quantitativos, centrando-se no rendimento do aluno, atribuindo responsabilidade dos baixos índices à gestão e aos professores, sofrendo interferência de muitos fatores externos, a avaliação deve ser vista com o enfoque diagnóstico para contribuir no direcionamento de ações no enfrentamento dos problemas.

Faz-se necessário compreender as repercussões dos resultados das avaliações em larga escala nas ações desenvolvidas pela escola.

Analisar a atuação do Conselho Escolar e do Conselho de Classe face ao enfrentamento de ações para avanços no processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação em larga escala, como é o caso da Prova Brasil, indica dados das proficiências dos alunos em matemática e português que foram desenvolvidos por todos os alunos nos anos anteriores à aplicação dos itens.

O SAEB avalia apenas uma amostra da população estudantil no final do Ciclo I e II do Ensino Fundamental, incluindo o 3º ano de Ensino Médio, enquanto a Prova Brasil, é censitária e avalia alunos dos 5os e 9os de todas as escolas públicas do país, desde que tenham mais de vinte estudantes por turma. Ambas, porém, avaliam habilidades de alunos em Língua Portuguesa e Matemática, a cada dois anos.

O Colégio Estadual Teothônio Brandão apresentou os seguintes dados de proficiência na Prova Brasil das turmas de 9º ano:

Quadro 2 – Proficiência no Colégio Estadual Teothônio Brandão

Disciplinas/Anos	2007	2009	2011
Língua Portuguesa	226,57	221,14	224,62
Matemática	238,62	228,54	237,12

Fonte: Brasil (2014)

AVALIAÇÃO NA BUSCA DE RESULTADOS

Existe uma trajetória na história da avaliação Educacional no Brasil, em geral inspirado em modelos importados de países desenvolvidos que fundamentam os diferentes modelos, paradigmas de avaliação. O interesse pela avaliação na organização do sistema educacional já se manifestava na década de 1930. (Azevedo, 2000.)

Freitas (2005, p.7) faz uma síntese sobre as avaliações no período de 1930 a 1988, muito relevante:

> Os motivos (declarados) para que o Estado buscasse "medir, avaliar e informar" foram diversos no percurso 1930-1988. Primeiro essas práticas foram tidas como necessárias porque se prestariam a conferir e verificar resultados frente a objetivos da educação nacional, proporcionando a aplicação da ciência para "formar a consciência técnica" no âmbito escolar, posto que a condição necessária à expansão e à melhoria da educação. A seguir, tais práticas propiciaram ao Estado central "conhecer a realidade" e fazer "diagnósticos" com o que, em lugar de acentuar-se a regulação pela via legal, seriam fornecidas "indicações e sugestões" para a qualificação da expansão do atendimento, da administração escolar e do ensino. No momento seguinte, "medir, avaliar e informar" foram práticas consideradas importantes para a instrumentação da racionalização, da modernização e da tutela da ação educacional. Logo a seguir, os motivos para recorrer a essas práticas se reportaram às tarefas de reajustar a regulação estatal e de criar uma cultura de avaliação no País.

Atualmente, há muitas discussões em torno da avaliação educacional no Brasil. Sendo analisada, questionada e utilizada em diferentes momentos, seja para avaliar o aluno, a disciplina, o currículo ou a instituição. Busca-se na educação, sensibilizar os professores e os demais integrantes que participam do sistema de ensino sobre a importância do ato avaliativo. Os atores sociais têm de interagir na realidade avaliada de forma que conduza a mudanças no meio avaliado.

Os programas de governo estruturados em atendimento às Políticas Públicas têm a função de estabelecer metas e implementar ações focadas na busca de correção dos desequilíbrios sociais, constituindo medidas compensatórias para

alívio da pobreza e tensões sociais. Neste contexto, a temática da avaliação em larga escala ou avaliação de sistemas educacionais expandiu-se no cenário da educação brasileira, figurando nos debates, discursos e práticas político-pedagógicas ora reverenciando os instrumentos avaliativos do Estado como mecanismo de mensuração da qualidade da educação nacional, ora os reconhecendo como mecanismos de controle social do Estado Avaliador. Azevedo (2008, p. 24) ao refletir acerca do contexto das políticas públicas de educação, na atualidade explica que:

> [...] as políticas públicas de educação no Brasil, estão sendo empreendidas, particularmente após a segunda metade da década de 1990, por um movimento articulado de expansão e focalização. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que se ampliam políticas, em alguns casos estendendo o atendimento, focaliza-se o público-alvo, ou seja, estamos diante de um processo em que as políticas sociais de caráter universal têm cedido espaço às políticas de cunho compensatório.

Nas duas últimas décadas a avaliação tornou-se um tema em destaque no cenário da educação brasileira revelando-se um importante instrumento para a melhoria da qualidade da educação. Com isso, a avaliação tem o papel de orientar o aluno a tomar consciência de seus conhecimentos, terem posicionamento crítico e saber se está avançando na superação das dificuldades para continuar progredindo no processo de ensino aprendizagem.

Hoje a educação de modo geral, principalmente nas escolas públicas tem uma grande preocupação com os resultados das avaliações externas dos educandos, e por esta razão nos últimos anos o Governo Federal tem destinado para as Secretarias de Educação, mais recursos tentando assim aproximar o máximo possível os resultados do IDEB com a média mundial.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

A primeira aplicação do SAEB aconteceu em 1990 com a participação de uma amostra de escolas que ofertavam as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede urbana. Os estudantes foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. As 5ª e 7ª séries também foram avaliadas em redação. Este formato se manteve na edição de 1993.

A partir de 1995 adotou-se uma nova metodologia de construção do teste e análise de resultados, a Teoria de Resposta ao Item (TRI), abrindo a possibilidade de comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo. Neste ano, foi decidido que o público avaliado seria as etapas finais dos ciclos de escolarização: 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (que correspondem ao 5º e 9º ano atualmente) e 3º ano do Ensino Médio. Além da amostra da rede pública, em 1995 foi acrescentada uma amostra da rede privada. Neste ano não foram aplicados testes de Ciências.

Nas edições de 1997 e 1999, os estudantes matriculados nas 4ª e 8ª séries foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, e os estudantes de 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Nas edições de 1990 e 2003 as provas foram aplicadas a um grupo de escolas sorteadas em caráter amostral, o que possibilitou a geração de resultados para unidades da federação, região e Brasil.

É importante ressaltar que a partir da edição de 2001, o SAEB passou a avaliar apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Tal formato se manteve nas edições de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Em 2005 o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil.

A ANEB manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma), das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no SAEB. A ANRESC (Prova Brasil), por sua vez, passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola.

A ANRESC (Prova Brasil) foi idealizada para atender a demanda dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral por informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Na edição de 2005, o público alvo da ANRESC (Prova Brasil) foram as escolas públicas com no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4ªsérie/5º ano) ou dos anos finais (8ªsérie/9º ano) do Ensino Fundamental. A metodologia utilizada nessa avaliação foi similar à utilizada na avaliação amostral, com testes de Língua Portuguesa e Matemática, com foco, respectivamente, em leitura e resolução de problemas.

Em 2007 passaram a participar da ANRESC (Prova Brasil) as escolas públicas rurais que ofertam os anos iniciais (4ª série/5º ano) e que tinham o mínimo de 20 estudantes matriculados nesta série. A partir dessa edição, a ANRESC (Prova Brasil) passou a ser realizada em conjunto com a aplicação da ANEB – a aplicação amostral do SAEB – com a utilização dos mesmos instrumentos.

Na edição de 2009, os anos finais (8ª série/9º ano) do Ensino Fundamental de escolas públicas rurais que atendiam ao mínimo de alunos matriculados também passaram a ser avaliados.

Em 2011, 55.924 escolas públicas participaram da parte censitária e 3.392 escolas públicas e particulares participaram da parte amostral.[3]

Na edição de 2013, a partir da divulgação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, passou a compor o SAEB. Outra inovação desta edição foi a inclusão, em caráter experimental, da avaliação de Ciências, que será realizada com os estudantes da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e da 3º série do Ensino Médio.

O SAEB avalia apenas uma amostra da população estudantil no final do Ciclo I e II do Ensino Fundamental, incluindo o 3º ano de Ensino Médio, enquanto a Prova Brasil, avalia alunos dos 5os e 9os anos de todas as escolas públicas do país,

[3] Os resultados estão disponíveis em http://ideb.inep.gov.br/SAEB/Prova Brasil 2011: primeiros resultados. (BRASIL, 2013).

desde que tenham mais de vinte estudantes por turma. Ambas, porém, avaliam habilidades de alunos em Língua Portuguesa e Matemática, a cada dois anos.

O SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala:

Figura 1 – Composição do SAEB

Fonte: Brasil (2014)

Os desafios decorrentes dos índices do IDEB buscam compreender os instrumentos de avaliação, a matriz de referências e os dois indicadores, o fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono que se obtêm a partir do Censo Escolar) e o desempenho dos estudantes (nível de proficiência dos alunos obtido a partir do SAEB e da Prova Brasil), para que consigamos conjugar “esforços para superar a desigualdade de oportunidades existente em nosso país, de maneira que cada brasileiro tenha acesso a uma educação de qualidade que possibilite a formação de pessoas capazes de assumir uma postura crítica e criativa diante do mundo” (BRASIL, 2009). Neste contexto, identifica-se a grande necessidade de trabalharmos por uma aproximação do saber escolar com a vida cotidiana, de modo que os educandos possam mobilizar em seu dia-a-dia os conhecimentos aprendidos na escola, o que permitiria tanto a avaliação formativa ou processual como também melhor desempenho nas avaliações externas. Percebe-se a importância de provocar os educandos a torná-los mais observadores do mundo à sua volta e capazes de produzir conhecimentos para resolver problemas pontuais, despertando-os para o estabelecimento de relações entre os conhecimentos vistos, mas também os estimulando a conhecer melhor as situações que os rodeiam.

O IDEB é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

As metas são exatamente isso: o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional dos países desenvolvidos. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um IDEB igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental.

Foi o INEP quem estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino do Brasil com os de países desenvolvidos. Ou seja, a referência aos países desenvolvidos é parâmetro técnico em busca da qualidade, e não um critério externo às políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo MEC, no âmbito da realidade brasileira.

A meta estabelecida pelo MEC é de que, em até 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil, todas as escola tenham atingido a média 6,0. Já o Todos pela Educação, entidade não governamental, formada por representantes da Sociedade Civil, tem como meta que o Brasil chegue à média 7,0. Entretanto, cada escola tem sua meta com base na avaliação realizada na primeira Prova Brasil, realizada em 2005.

Para elaborar as avaliações que serão desenvolvidas em larga escala, é definida antes uma Matriz de Referência, um documento descritivo, no geral, escrito por técnicos, que leva em consideração os documentos curriculares oficiais. É um “recorte” de uma Matriz Curricular que não direciona o ensino, mas que delimita o que vai ser avaliado na prova a ser realizada em um programa de avaliação em larga escala.

O SAEB utiliza procedimentos na coleta de dados e produção de informações sobre o desempenho do aluno, permitindo a adoção de programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade educacional, “uma vez que é função da avaliação de sistema fornecer elementos para subsidiar políticas e diretrizes adequadas à realidade, nas esferas municipal, estadual e nacional”. (ARAUJO; LUZIO, 2005).

Segundo o MEC o objetivo da Prova Brasil é gerar um conjunto de informações que irá subsidiar as decisões que o Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, direção de escola, professores e comunidade escolar, irão tomar em relação a educação dos estudantes. (BRASIL, 2014).

A Prova Brasil não é para definir a aprovação ou reprovação do aluno. Ela procura avaliar o aprendizado realizado ao longo da trajetória escolar do aluno. Assim, são avaliadas habilidades relativas há anos anteriores ao que ele está matriculado e também a anos posteriores. O conjunto dessas habilidades é organizado em competências.

Os resultados da Prova Brasil são apresentados por uma escala de desempenho por área de conhecimento, constituída por níveis designados por numerais. Na escala de Português existe nove níveis para explicar o desempenho dos alunos de 125, 150, sucessivamente até o nível 350 variando de 25 em 25 pontos. A escala de Matemática é composta por dez níveis que vão dos 125 aos 375 pontos. Que também têm variação de 25 em 25 pontos. Sendo também o desempenho dos alunos apresentados de forma numérica.

Conforme o INEP (2009) informa, os números indicam apenas uma posição na escala, faz-se necessário uma interpretação pedagógica dos resultados, descrevendo-se em cada nível, o grupo de habilidades que os alunos demonstram ter desenvolvido respondendo às provas, atribuindo-se assim um significado às provas. (BRASIL, 2014).

De acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

Os alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado. Para o 9º ano do Ensino Fundamental, os alunos nos níveis proficiente e avançado são aqueles que obtiveram desempenho igual ou superior a 275 em Português e 300 pontos em Matemática.

As análises dos dados devem ser pautadas pela realidade da escola em suas diferentes dimensões: cultural, social, curricular, econômica e social entre outras, para que a escola não perca a clareza dos seus objetivos de ensino e da intencionalidade dos processos que desenvolve.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo visa deflagrar ações, com base nas informações advindas do processo de avaliação da educação básica, para contribuir na gestão da escola com a utilização de novas estratégias de organização, planejamento e desenvolvimento do ensino.

Partindo deste pressuposto, o trabalho que será realizado no Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela no ato do projeto de intervenção irá procurar lançar luz no senso comum do dia-a-dia do professor, bem como de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, buscando assim um melhor nível de desenvolvimento dos alunos.

No entanto, sabemos que a prática constitui-se numa tarefa árdua, uma vez que nos deparamos com limitações de várias naturezas, além de enfrentarmos as dificuldades de caráter material, tal como falta de recursos e de equipamentos, também sofremos as restrições impostas pelo contexto social, que nem sempre é receptivo à mudança e à inovação. No entanto, os profissionais da escola, poderão desencadear um trabalho mais arrojado com os alunos, de forma haver uma melhoria na qualidade do ensino. . Assim, fica o desafio de colocar o esforço pedagógico dos profissionais a serviço das metas educacionais, cujo propósito, tem a função de orientar e acompanhar o processo ensino aprendizagem.

Referências

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da educação básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-42.

AZEVEDO, M. L. N. (Org.). **Políticas públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá, EDUEM, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Roteiro para elaboração de itens de matemática**. Brasília, 2009.

_____. **Prova Brasil e SAEB**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb /provabrasil/matrizes/topicosdescritoresmat.htm> . Acesso em: 15 jun. 2014

_____. **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)**. Brasília, 2013. (Série Documental: Texto para Discussão; 26). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Prova Brasil 2011**: primeiros resultados. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, D. N. T. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: Anped, 2005.

LOCATELLI, I. Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e Indicadores de rendimento: o modelo SAEB. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 25, p. 3-21, jan./dez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 300-307. .

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 18, ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**: “do é proibido reprovar” ao é preciso garantir a Aprendizagem. São Paulo: Libertad,1998.